



Considerações sobre racismo e sexismo no pensamento de algumas intelectuais negras
(Considerations about racism and sexism in the thinking of some black female intellectuals)

Waleska Miguel Batista*
Frantz Rousseau Déus*

Resumo:

Neste artigo, busca-se apresentar como a opressão, dominação, inferiorização do outro pelos grupos que se hegemonzaram ao longo da história são pedra angular da sociedade dita moderna. Aponta-se que a violência é o meio utilizado para construção da sociedade pautada na discriminação estrutural, já que em nenhum momento, aqueles/as tidas como inferiores aceitam de bom grado a posição de subalternidade que lhes são infligidos/as, de modo que enfrentam as discriminações com produção acadêmica, debates políticos e sociais correlatos. As lutas multidimensionais levadas a cabo por grupos vítimas desses processos de subjugação são exemplos nítidos da não-aceitação de dominação. A articulação entre racismo e sexismo expressa a complexidade desta opressão interseccional que afeta as mulheres negras. Desta forma, a partir da revisão bibliográfica de livros e artigos qualificados, destaca-se as contribuições de algumas intelectuais a partir de suas “escrevivências” sobre a relação raça e gênero.

Palavras-chave:

Mulheres negras, racismo estrutural, colonização, intelectuais negras, resistência.

Abstract:

In this article, we try to show how oppression, domination, subordination of the other by the groups that had supremacy throughout history are the cornerstone of what is called modern society. It is indicated that by means of violence a society based on structural discrimination was built. It is shown that at no time, those considered inferior willingly accept the position of subordination inflicted against them, given that they face

* Doutoranda em Direito Político e Econômico pela Universidade Presbiteriana Mackenzie. Mestra em Sustentabilidade e Bacharela em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de Campinas. Integra o Grupo de Pesquisa Estado e Direito no Pensamento Social Brasileiro (CNPq- vinculado ao Mackenzie). Bolsista Integral CAPES. Direção e-mail: mbwaleska@gmail.com

* Doutorando em Sociologia pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP). Licenciado em Ciências Sociais, Bacharel em: Sociologia, Antropologia e Ciência Política pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Bolsista integral CNPq. Direção e-mail: frantzrousseau@vahoo.fr



discrimination using academic production, related political and social debates. The multidimensional struggles carried out by groups that are victims of these processes of subjugation are clear examples of the non-acceptance of domination. The link between racism and sexism express the complexity of this intersectional oppression that affects black women. Thus, from the bibliographical review of qualified books and articles, the contribution of some thinkers from their writings and perception about the relation between race and gender are highlighted.

Key words:

Black women, structural racism, colonization, black women thinkers, resistance.

1. INTRODUÇÃO

Nas sociedades estruturadas pelo racismo e pelo sexismo, as pessoas negras, em particular, as mulheres negras, eram objeto de estudo da academia, de modo que os debates sobre as lutas sociais e a sua realidade era apresentada por homens brancos e mulheres brancas, e na maioria das vezes, sem qualquer profundidade crítica a respeito das mazelas sociais complexas deixadas pela colonização, escravização, agravadas pelo sistema capitalista. Para enfrentar os problemas que aterrorizam a população negra e para superar o próprio silenciamento das vozes da população negra em todo período de constituição dos sujeitos, muitas intelectuais negras tiveram/têm papel importante, ao fazer críticas consistentes e apontar caminhos rumo a construção de sociedades justas, igualitárias e menos opressivas. Dito isso, a seguir, apresentamos algumas mulheres negras que podem ser lidas nessa chave.

As concepções de inferiorização relacionadas a negritude é resultado de um processo histórico dinâmico, em que na modernidade, pessoas negras foram vistas como o *outro*, ou seja, aquele sujeito/objeto que não possuía as capacidades, habilidades e virtudes do branco. Ser *outro* é não pertencer a *lugar nenhum*. As mulheres negras, especialmente, tinham a questão de gênero como mais um elemento de inferiorização, uma vez que sofriam da dupla discriminação: mulher e negra. O patriarcado definiu que as mulheres tinham o papel específico de reprodução e cuidado, a ponto de que qualquer ocupação distante dessas era entendido como afronta ao sistema organizado por estes homens brancos.

Conceição Evaristo, mulher negra, escritora e poetisa, cunhou o termo “escrevivência” para apontar que a escrita das mulheres negras reflete a realidade enfrentada por ela e como o mundo a enxerga, assim como suas aspirações. Embora “escrevivência” seja uma categoria utilizada no século XXI, não apaga, de jeito nenhum, as batalhas de tantas mulheres que não deixaram nada escrito, mas que lutavam contra escravização, colonização, sexismo, racismo, tendo contribuições que servem de incentivos para tantas outras mulheres de nosso tempo. não apaga a luta de tantas mulheres negras nos séculos anteriores, como Sojourner Truth, Assata Shakur, Angela Davis, Sueli Carneiro e tantas outras mulheres negras domiciliadas pelo mundo.

Lutar contra o sexismo, racismo, classismo exige, antes de tudo, entender esses males como construções sócio-históricas que produzem violência física e simbólica, provocando sofrimento psíquico e físico, e muitas vezes a morte.¹ A estrutura social ressignifica e reformula as formas de subalternação do grupo inferiorizado, todavia, em sentido contrário, as lutas contra a opressão também são fortalecidas com novos mecanismos de resistência.

O Brasil, em particular, para além das lutas abolicionistas também construiu intelectuais que enfrentaram e se organizam com produção acadêmica e debate público em favor da luta contra o racismo e o sexismo.²

Tanto o sexismo quanto o racismo possuem efeitos devastadores. No entanto, é importante salientar que o sexismo não depende do racismo para se operar, é por isso que mulheres não-negras podem sofrer dele, ao mesmo tempo que o acúmulo de opressão como raça, classe e gênero fazem com que essa mulher seja discriminada com mais frequência e violência.³

Neste trabalho, por meio de revisão bibliográfica, considerações sobre de algumas feministas negras na luta para construção de um mundo onde as opressões de classe, de gênero e de raça sejam extintas. Para as autoras como bell hooks, Angela Davis e Lélia Gonzalez, o fim da exploração do homem pelo homem é a essência da luta contra o racismo e o sexismo.

Em um primeiro momento, apoiados em Elsa Dorlin (2009), terçemos algumas considerações sobre a maneira como discursos da medicina ocidental representavam o corpo feminino entre o século XVII e XIX. O corpo feminino foi pensado em oposição ao corpo masculino, atribuindo valor negativo ao primeiro e valor positivo ao segundo. Ainda na perspectiva dessa mesma autora, evidenciamos não somente a inflexão ocorrida na representação sexista, mas também como o engajamento dos países europeus na escravização dos africanos fez com que os naturalistas europeus adotassem um discurso baseado na raça biológica.

A seguir, apresentamos como certas intelectuais feministas negras abordaram o racismo e o sexismo a partir de suas experiências e sua leitura de mundo, já que padecem a dupla discriminação. Com isso, esperamos apresentar a importância dessas mulheres estarem no espaço acadêmico para repensar a especificidade das mulheres negras enquanto sujeitos. Ainda, destacamos os empecilhos que dificultam uma luta em conjunto, seja entre mulheres negras e mulheres brancas contra o sexismo, seja entre mulheres negras e homens negros contra o racismo. Depois, realizamos algumas considerações sobre as atitudes e comportamentos da população negra para resistir à dominação e promover o

¹ A morte pode ser resultado do fim literal da vida, ou também a condição em que se há o apagamento do sentido da vida. Por exemplo, as pessoas negras que são alvos de arbitrariedades policiais, que não são incluídas no mercado de trabalho é resultado da morte em vida.

² Para saber mais sobre o movimento abolicionista do Brasil ver Angela Alonso (2015).

³ Utilizamos a palavra violência para nos referirmos aos traumas causados pelo racismo e sexismo, e ela pode ser decorrente de uma discriminação direta com agressão física ou por meio de discriminação indireta com a invisibilidade e exclusão. Independente da forma que acontece a discriminação, ela é traumática (Almeida 2018, pp. 25-26).

fortalecimento e materialização de direitos e garantias previsto nas normas nacionais e internacionais à população negra.⁴

Por fim, apontamos que as mulheres negras engendraram uma luta contra a estrutura social que ainda naturaliza e normaliza a inferiorização da população negra e das mulheres e que suas reflexões são o alicerce para que novas perspectivas de sociedade sejam implementadas.

2. MEDICINA OCIDENTAL, CORPO FEMININO E SISTEMA COLONIAL-ESCRAVISTA

Cruzando a filosofia política, história da medicina e dos estudos de gênero, a filósofa Elsa Dorlin faz uma articulação entre gênero, sexualidade e raça, mostrando o papel central desses elementos na formação das sociedades modernas. No caso da raça, de acordo com Dorlin, ela tem uma história que se remete à história da diferença sexual. Esta última já foi utilizada para estabelecer hierarquização entre homens e mulheres nas sociedades ocidentais.

Nessa construção, o discurso médico não foi neutro. Mas foi um discurso de tendência elaborado para a necessidade da causa. Nele, o corpo feminino foi considerado como um corpo doente e a enfermidade atribuída a esse corpo foi usada para justificar uma desigualdade natural entre sexos. Assim, o saudável e o doentio passaram a funcionar como categorias de poder e de dominação (Dorlin 2009).

O discurso sobre a diferença sexual que foi construído com um objetivo bem determinado: dar uma base científica à suposta desigualdade e inferioridade natural entre homens e mulheres, tornou-se fundamental para elaboração da categoria de raça quando os europeus passaram a estabelecer uma relação de exploração e de dominação com os povos das Américas e do continente africano.

Se antes todos os corpos femininos eram vistos como doentes nos discursos médicos, entre os séculos XVII e XIX, a representação que se faz da nação francesa se concretiza literalmente no modelo feminino, ou seja, da mãe branca, percebida como saudável, em contraposição a outras figuras de uma feminilidade, negra ou indígena, que é percebida como degenerada, degradada e insalubre. É nesse sentido que nas Américas, os primeiros naturalistas adotaram o modelo de diferença sexual para desenvolver a categoria de raça. Assim, os/as ameríndios/as do Caribe ou os/as africanos/as deportados/as seriam populações de temperamento patogênico, doentio e fraco. Destarte, a colonização e escravização propiciaram a passagem de um discurso baseado no temperamento sexual para o temperamento racial (Dorlin 2009).⁵

⁴ Art. 4º, inciso VIII, da CF (repúdio ao racismo); Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288/2010); Convenção Internacional sobre a eliminação de todas as formas de Discriminação Racial (Decreto n. 65.810/1969).

⁵ Elsa Dorlin mostra como na Europa, os médicos, ao basear-se na diferença sexual, elaboraram um discurso sobre “temperamento” das mulheres e dos homens, no qual foi estabelecido uma hierarquia entre ambos: todas as características femininas passaram a ser vistas como inferiores enquanto as dos homens foram vistas como superiores. Essa mesma hierarquia foi transportada para pensar um “temperamento” racial no auge do sistema colonial-escravista, quando os brancos europeus entraram em contato com os ameríndios e os

Em suma, o discurso “sexista-masculinista” da medicina tornou-se suporte da inferiorização atribuída à feminilidade em geral, à negra, em particular. No auge do sistema colonial-escravista, um discurso “racialista-racista” e essencialista inspirado no discurso médico foi evocado para justificar a inferiorização dos grupos de seres humanos subjugados e escravizados. Em que pese o sexismo e racismo, de acordo com Elsa Dorlin, operarem por meio de um mesmo processo de diferenciação e naturalização das relações de poder, eles não são teoricamente tão comparáveis, mas estão inextricavelmente ligados a uma perspectiva histórica que tem como base um “biologismo” que busca atribuir a eles um fundamento natural.

Os povos colonizados passaram a ser feminizados. Os homens negros escravizados foram feminizados e as mulheres negras passaram a se submeter a uma dupla feminização. Sendo essa última tida como inferior na construção dualista ocidental em contraste à masculinidade tida como superior. As noções de raça e sexo que surgiram no mundo ocidental não são apenas construções dotadas de cargas pejorativas e agressivas, mas estão vinculadas às relações e práticas de poder e dominação (Dorlin 2009, Guillaumin 1978 apud Naudier e Soriano 2010).⁶

A múltipla dimensão da opressão que pisa sobre as mulheres negras complexifica ainda mais suas lutas. As reivindicações das mulheres negras nunca se restringem a uma luta à emancipação apenas de mulheres negras, mas ora uma luta para as mulheres em geral contra o patriarcalismo e o sexismo, ora uma luta para toda uma raça contra o racismo, ora uma luta para toda uma classe subalternizada que sofre com a opressão de classe. Os trabalhos de muitas pensadoras *Black Feminists* que debruçam sobre as lutas das mulheres evidenciam de forma magistral essa dimensão, a título de exemplo, basta olhar pelas obras: *Por um feminismo Afro, Latino, Americano*, da Lélia Gonzalez (2020), e *Mulheres, raça e classe*, da Angela Davis (2016). Elsa Dorlin, autora com a qual, introduzimos esse trabalho deixa nítido o esforço das feministas negras para articular várias formas de opressão que atingem os grupos subalternizados.

Importante mencionar que a construção do *outro* é para mostrar o que não será incluído com os mesmos direitos e garantias fundamentais que os grupos dominantes.

No racismo, corpos negros são construídos como corpos impróprios, como corpos que estão ‘fora do lugar’ e, por essa razão, corpos que não podem pertencer. Corpos brancos ao contrário, são construídos como próprios, são corpos que estão ‘no lugar’, ‘em casa’, corpos que sempre pertencem. Eles pertencem a todos os lugares: na Europa, na África, no norte, no sul, leste, oeste, no centro, bem como na periferia. Através de tais comentários, intelectuais *negras/os* são convidadas/os persistentemente a retornar a ‘seus lugares’, ‘fora’ da

africanos trazidos para América. Nesse sentido, os primeiros naturalistas adotaram o mesmo modelo de diferença sexual para desenvolver seu conceito de “raça” - raça inferior e raça superior.

⁶ Sueli Carneiro afirma que os homens negros foram destituídos do poder de dominação, pois foram escravizados. “As mulheres negras advêm de uma experiência histórica diferenciada, marcada pela perda do poder de dominação do homem negro por sua situação de escravo, pela sujeição do homem branco opressor e pelo exercício de diferentes estratégias de resistência e sobrevivência. Enquanto a relação convencional de dominação e subordinação social da mulher tem como complementariedade a eleição do homem como provedor, temos o homem negro castrado de tal poder enquanto escravo e posteriormente enquanto aliado do processo de industrialização” (Carneiro 2020, p. 50).

academia, nas margens, onde seus corpos são vistos como ‘apropriados’ e ‘em casa’. (Kilomba 2019, p. 57)

A questão de assimilar a mulher negra, ainda que criança a trabalhos domésticos e serviços é reproduzido com a ideologia de definir a mulher negra como subalterna. “O mito da mulher *negra* disponível, o homem *negro* infantilizado, a mulher mulçumana oprimida, o homem mulçumano agressivo ou do homem branco liberal são exemplos de como as construções sociais de gênero e de “raça” interagem” (Kilomba 2019, p. 94).⁷

O reconhecimento do espaço ocupado pelas mulheres negras que vão apresentar os debates sobre raça, classe e gênero é muito importante, pois há especificidades das reivindicações das mulheres do sul global e do norte global, das mulheres negras brasileiras, estadunidenses, caribenhas e dos países africanos. A esse respeito, Françoise Vergès (2020), destaca a importância do feminismo decolonial.⁸ Nesse sentido, passamos a refletir sobre as “escrevivências” de algumas intelectuais negras brasileiras.

3. RACISMO E SEXISMO NO OLHAR DAS INTELLECTUAIS NEGRAS

Um imaginário social foi construído a partir da inferiorização das mulheres negras, pelo fato de integrarem os dois grupos discriminados por razões estruturais do racismo e do sexismo. A dupla discriminação das mulheres negras pode promover traumas ainda maiores pelo acúmulo de outras discriminações. Nesse sentido, os trabalhos das intelectuais negras apontam de antemão para o caráter subjetivo da opressão, ao mesmo tempo, evidenciam os laços históricos entre opressão racial e sexual e as políticas públicas implementadas pelos Estados que enamoram com racismo e sexismo.

O véu que separa a sociedade entre brancos e negros é uma realidade constatada por dados que desafiam e combatem o mito da democracia racial brasileira. W.E.B. Du Bois afirmou que “a sociedade estadunidense fora construída com a manutenção da linha de cor, que definia a naturalização da segregação racial” (Du Bois 2021). No Brasil, como em muitos outros países onde havia escravização de pessoas provindas do continente africano, após a abolição da escravidão, não houve a segregação formal tal como nos Estados Unidos e na África do Sul, mas as relações sociais se pautaram na inferiorização de tudo que era ligado à africanidade, e quanto mais marcados os traços afrodescendentes, mais cicatriz e coação sociais era e ainda é destinado a esse grupo.

⁷ Silvio Almeida afirma que “de fato, o ser branco é uma grande e insuperável contradição: só se é branco na medida em que se nega a própria identidade enquanto branco. Ser branco é atribuir identidade aos outros e não ter identidade. É uma raça que não tem raça. Por isso, é irônico, mas compreensível que alguns brancos considerem legítimo chamar de identitários outros grupos sociais não-brancos, sem se dar conta de que esse modo de lidar com a questão é um traço fundamental da sua própria identidade” (Almeida 2018, p. 60).

⁸ Feminismo decolonial é um conceito que serve “para afirmar nossa fidelidade às lutas das mulheres do sul global que nos precederam. É reconhecer seus sacrifícios, honrar suas vidas em toda complexidade, os riscos que assumiram, as hesitações e as desmotivações que conheceram. É receber suas heranças. Também é reconhecer que a ofensiva contra as mulheres, atualmente justificada e reivindicada publicamente pelos dirigentes estatais, não é simplesmente a expressão de uma dominação masculinista descomplexificada, e sim uma manifestação da violência destruidora do capitalismo. O feminismo decolonial é a despatriarcalização das lutas revolucionárias. Em outras palavras, os feminismos de política decolonial contribuem na luta travada durante séculos por parte da humanidade para afirmar seu direito à existência” (Vergès 2020).

Carolina Maria de Jesus (1914-1977), mulher negra, pobre e periférica também sofria as consequências de um Brasil que mantinha as mulheres negras às margens sociais, sujeitas as arbitrariedades de um Estado negligente. A autora escreveu em seu diário no dia 13 de maio de 1958, que “lutava contra a escravidão atual – a fome!” (Jesus 2014, p. 32).⁹

Além da fome, Carolina Maria de Jesus também afirma que ser mulher e preta sempre foi motivo de discriminação. Quando era criança questionava a sua mãe o porquê de todas as histórias terem apenas os homens como protagonistas, de modo que queria até ser homem naquela época. E mais tarde, quando apresentava suas peças para os diretores de circo, escutava como resposta que “é uma pena você ser preta” (Jesus 2014, p. 64).¹⁰

O racismo impedia Carolina de obter reconhecimento, e ao contrário de ter criado raiva de sua cor negra de pele, ela dizia que “se existisse reencarnação, eu quero voltar preta” (Jesus 2014, p. 64). Para a autora, o branco não é superior, ele é que se coloca nessa posição por ter mais influência, porém, tanto negro quanto branco são iguais. “O branco é que diz que é superior. Mas que superioridade apresenta o branco? Se o negro bebe pinga, o branco bebe. A enfermidade que atinge o preto, atinge o branco. Se o branco sente fome, o negro também. A natureza não seleciona ninguém” (Jesus 2014, p. 65). A afirmação de Carolina Maria de Jesus (2014) caminha na mesma lógica de Hannibal Price, que ao se posicionar contra a representação feita sobre as pessoas negras, afirma que “sou uma pessoa, um ser absolutamente idêntico a todos os outros seres humanos. O que tem de bem ou mal em mim, é bem ou mal em todos os seres humanos” (Price 1891/1898, p. 51). É perceptível que essas afirmações são pautadas para uma “desessencialização” da raça, ao mesmo tempo, mostrando que os problemas sócio-históricos que afetam as populações negras não podem ser concebidos como questões biológicas. Ou seja, não adianta buscar um fundamento natural para justificá-los, pois são problemas sociais resultantes de políticas sexistas-masculinistas e racistas implementadas na sociedade.¹¹

Carolina Maria de Jesus narrou em sua obra a luta dos favelados brasileiros por emprego, comida e por espaço político, pois nenhum dos presidentes até então eleitos entendiam o que era passar fome e tampouco as necessidades da população, a tal ponto que criticou a estrutura econômica, política e social. As disparidades arquitetônicas dos bairros de pessoas abastadas e de pobres também foi questionado pela autora, que sabia que essa desigualdade era fundamentada na exploração dos pobres e não-brancos (Jesus 2014).¹²

⁹ “De quatro em quatro anos muda-se os políticos e não solucionamos a fome, que tem a sua matriz nas favelas e as sucursais nos lares dos operários...Quando eu fui buscar água vi uma infeliz caída perto da torneira porque ontem dormiu sem jantar. É que ela está desnutrida. Os médicos que nós temos na política sabem disto” (Jesus 2014, p. 40).

¹⁰ Há muitos traumas com os cabelos e estética das mulheres negras, mas Carolina Maria de Jesus afirma que ser negra é muito bom. “Eu até acho o cabelo de negro mais iducado do que o cabelo de branco. Porque o cabelo de preto onde põe, fica. É obediente. E o cabelo de branco, é só dar um movimento na cabeça ele já sai do lugar. É indisciplinado” (Jesus 2014, p. 64).

¹¹ Almeida, Batista e Rossi (2020) afirmaram que a economia e austeridade fiscal são racistas, pois as medidas implementadas pelo Estado prejudicam de modo intenso mais a população negra. “Como um fator central no Brasil, a raça deveria ser um critério importante de análise, transversal a toda política pública, no entanto o Estado e a academia têm sido omissos quanto à avaliação de impactos das políticas públicas sobre a desigualdade e quanto a estudos específicos (...)” (Almeida *et al.* 2020, p. 150).

¹² Decidimos por usar o termo não branco em razão da política de miscigenação, que incentivou relacionamentos interracialis, de modo que o número de pardos aumentou.

Maria Beatriz Nascimento (1942-1995), mulher negra, escritora e professora, narrou que sua vida foi forjada a partir de relações violentas. A autora afirmou que nos anos de 1950 as músicas que tocavam no rádio caracterizavam a mulher negra como maluca ou que negra sem cabelo era um homem.¹³

A família de Maria Beatriz Nascimento era migrante de Aracaju e moravam em uma periferia que também era composta por outras famílias negras e de trabalhadores manuais. No entanto, quando ela teve a oportunidade de ingressar na universidade conheceu “outro Brasil”.¹⁴ Seus estudos na universidade lhe despertaram para saber mais sobre a importância do negro para a formação do Brasil e questionar o fato de não se sentir acolhida no bairro com melhores condições do que a existente na periferia.

Quando Beatriz Nascimento terminou seu Mestrado em História na Universidade Federal Fluminense, passou a se organizar em grupos para debater a realidade brasileira, que estava ainda mais autoritária em razão da publicação do Ato Institucional n. 5 (AI-5).¹⁵ Para a autora, a sociedade brasileira é uma hipocrisia, pois os negros não obtêm espaço para repensar sua condição e ser incluído da mesma forma que os brancos (Nascimento 1982, p. 3).

Por terem nos dividido culturalmente a gente vive aí à busca dessa emancipação cultural. Tentam nos confinar como sambistas e a gente está querendo outra coisa, tem outras ambições e propósitos. A luta do negro não está sendo fácil no Brasil, está levando muita gente ao hospício e eu sei disso. No ano passado eu tive que tirar do hospital mais de uma pessoa do Movimento Negro. (Nascimento 1982, p. 3-4)

Beatriz Nascimento também afirma que ser negro é uma criação do dominador, e que o mundo está aí para nós e para eles, e não só para os brancos. Os negros têm uma capacidade ilimitada de construir um mundo melhor. A sociedade está péssima e desigual, porém Beatriz Nascimento acredita que o futuro pode ser diferente.¹⁶

Apesar de o Brasil ser racista e sexista, é dele que saíram mulheres negras e intelectuais de grande destaque para o pensamento social e econômico. O caminho de mulher negra,

¹³ Beatriz Nascimento deu um depoimento em que contou que por ter o cabelo curto foi alvo de uma violência praticada por pessoas mais velhas. “Um dia quando eu vinha da escola, isso foi em 1954 quando eu estava terminando o curso primário, uns rapazes e homens já feitos jogavam bola, e quando eu passei eles me puseram numa roda e levantaram a minha saia pra ver se eu era menina ou menino”. A autora também mencionou que sempre tocava na rádio a música “Nega Maluca”, de Luiz Caldas (Nascimento 1982, p. 3).

¹⁴ A autora se refere ao fato de estar em outros espaços urbanos e também por ter contato com reflexões teóricas sobre a formação do Brasil.

¹⁵ O AI-5 foi um ato instituído em 13 de dezembro de 1968, no governo de Arthur da Costa e Silva, que inaugurou os piores momentos da ditadura militar no Brasil. A partir dessa data, o habeas corpus foi proibido, o Congresso Nacional foi fechado, autorizava o presidente a decretar estado de sítio por tempo indeterminado, demitir pessoas do serviço público, cassar mandatos, confiscar bens privados e intervir em todos os estados e municípios, bem como a censura dos meios de comunicação.

¹⁶ “Há muita coisa ainda para nós contribuírmos em termos de vida, em termos de cultura, não devendo ter medo de mostrar a quem quer que seja que nós fomos capazes de viver quatro séculos embaixo de chicote e queremos projetar esta experiência para o futuro, para as novas gerações, a fim de podemos contribuir para que o mundo seja um lugar onde as pessoas se respeitem, sem a exploração do homem pelo homem, sem dominados e sem dominadores” (Nascimento 1982, p. 5).

pesquisadora e ativista é muito difícil, porque, em razão do racismo, classismo e sexismo elas estariam “fora do lugar”.

Podemos considerar que a invisibilidade da mulher negra no espaço acadêmico também se consolida porque o seu outro (homem branco, mulher branca ou homem negro) não a vê nesse ambiente e nem mesmo trilhando esse itinerário intelectual. Qual o tempo que as mulheres negras têm para ler? A que leituras que se dedicam? E perguntamos enfim: quantas possuem condições para adentrar na universidade? Destas, quantas se tornam pesquisadoras, professoras e intelectuais? (Ratts 2006, p. 29).

A consideração de Alex Ratts evidencia uma crítica fundamental presente nas escritas da pensadora, escritora, ativista e mulher negra brasileira, Lélia Gonzalez (1935-1994). Para ela, são as duras jornadas de trabalho das mulheres negras que possibilitaram a emancipação das mulheres brancas (Gonzalez 2020). É nesse sentido que autora continuou afirmando que a condição das mulheres negras no Brasil estava destinada à subalternidade. A articulação do racismo, sexismo e classismo no capitalismo forjou um grupo de mulheres dependentes de trabalho precário, já que a elas sequer havia possibilidade para outros espaços.

O lugar em que nos situamos determinará nossa interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo. Para nós o racismo se constitui como a sintomática que caracteriza a neurose cultural brasileira. Nesse sentido, veremos que sua articulação com o sexismo produz efeitos violentos sobre a mulher negra em particular. Consequentemente, o lugar de onde falaremos põe um outro, aquele é que habitualmente nós vínhamos colocando em textos anteriores. E a mudança foi se dando a partir de certas noções que, forçando sua emergência em nosso discurso, nos levaram a retornar a questão da mulher negra numa outra perspectiva. Trata-se das noções de mulata, doméstica e mãe preta (Gonzalez 1982, p. 224).

Esta autora apontou que a boa aparência e boa educação são insuficientes para que as mulheres negras tivessem oportunidades de serem secretárias, administradoras e até mulheres para o casamento. A aparência das pessoas negras, simplesmente, não se enquadra nas aparências tidas como boas. O padrão social aceitável para esses papéis era das mulheres brancas. Há uma “epidermização” dos espaços sociais que deixa o racismo a brasileira mais poderoso. Conforme a cor da epiderme de uma pessoa, ela sabe o lugar que é destinado a ela. Segundo Lélia Gonzalez, é o humorista Millôr Fernandes, criticado e questionado pela autora que sintetiza de forma extraordinária essa dimensão quando salienta que “não existe racismo no Brasil porque o negro conhece o seu lugar” (Gonzalez 2020, p. 131).

A partir dos dados oficiais, Lélia Gonzalez apontou que as mulheres negras compunham o maior grupo das trabalhadoras domésticas e manuais, bem como que elas recebiam os piores salários, na medida em que “nós negros estamos na lata de lixo da sociedade brasileira” (Gonzalez 1994, p. 226).

Apesar das dificuldades de expor a importância dos estudos aos seus familiares, que entendiam apenas a necessidade de cursar o curso primário e conseguir emprego para contribuir com o custeio de todos, Lélia ultrapassou mais essa barreira e chegou à

universidade, acumulando o trabalho com os estudos. Ela narra que passou por um processo de embranquecimento ideológico, sendo que em meados dos anos de 1960 tomou consciência sobre as contribuições dos negros africanos para o Brasil, e daí passou a dedicar sua vida e pesquisa à luta contra o racismo e o sexismo.

Lélia Gonzalez apontou que no Brasil se fala “pretuguês”, pois foram os negros que transmitiram a língua falada aos brancos.

Se a gente levar em consideração, por exemplo, a atuação da mulher preta, chamada ‘mãe preta’, que o branco quer adotar como exemplo do negro integrado, que aceitou a democracia etc. e tal, ela, na realidade, tem um papel fundamental como sujeito, suposto saber nas bases mesmo da formação da cultura brasileira, na medida em que ela passa, ao aleitar as crianças brancas e ao falar o seu português (com todo um acento de Kimbundo, de Ambundo, enfim, das línguas africanas), é ela que vai passar pro brasileiro, de um modo geral, esse tipo de pronúncia, um modo de ser, de sentir e de pensar. (Gonzalez 1994, p. 385)

A autora afirma que os papéis destinados às mulheres negras e reproduzidos com naturalidade e normalidade são resultado do racismo que inferioriza os negros, e do sexismo e patriarcalismo pelos quais se entende que as mulheres devem se limitar a serviços alinhados ao cuidado, sempre sem acesso ao público, ou seja, escondidas nas cozinhas, nas áreas de serviço e nas lavouras.

Lélia Gonzalez também apontou a falácia da democracia racial no carnaval, porque as mulheres negras só se tornam rainhas nesse período, ao passo que no dia seguinte os corpos negros regressam à condição de alvos das arbitrariedades policiais, do desemprego e da falta de acesso à saúde e à educação.

No mesmo sentido, Sueli Carneiro (1950 -), mulher negra, intelectual, ativista e filósofa também narrou que as mulheres negras ainda estão submetidas à subalternidade.¹⁷ Esta autora utiliza os dados do censo de 1980 para corroborar com as suas afirmações, que apontam que os brancos estavam com salários melhores do que o dos pretos e pardos, inclusive porque o acesso à educação era diferente para brancos e negros. A partir do estudo de Carlos Hasenbalg e Nelson do Valle Silva, Sueli Carneiro destaca que em 1980, “os brancos tinham 1,6 vezes mais chances que os pretos e pardos de completarem entre 9 e 11 anos de estudo e seis vezes mais chances de completarem 12 anos ou mais de estudo” (Carneiro 2020, p. 20).

Portanto, a lógica racista e machista presente no mercado de trabalho determina que, assim como o racismo estabelece vantagens sociais para o grupo branco em geral, a ideologia machista, de maneira similar, garante vantagens aos homens em geral, beneficiando indiretamente segmentos masculinos dos grupos estigmatizados. (Carneiro 2020, p. 41)

¹⁷ “A mulher negra é a síntese de duas opressões, de duas contradições essenciais; a opressão de gênero e a da raça. Isso resulta no tipo mais perverso de confinamento. Se a questão da mulher avança, o racismo vem e barra as negras. Se o racismo é burlado, geralmente que se beneficia é o homem negro. Ser mulher negra é experimentar essa condição de asfixia social” (Carneiro 2020).

O processo ideológico de inferiorização dos corpos das mulheres negras legitimam e justificam o fato de mulheres negras terem horror a sua condição enquanto mulheres negras. Carolina Maria de Jesus afirmou que independente de qualquer situação degradante que os negros estão submetidos, que ela tem prazer em ser preta.

No entanto, isso não é realidade para algumas mulheres, que em razão das violências pela negação de espaço, invisibilidade e até desprezo das pessoas em razão da estrutura social racista e sexista, fazem a opção de buscar o clareamento de sua pele.

A parlamentar Benedita da Silva,¹⁸ mulher negra, de nascimento pobre da periferia do Rio de Janeiro, afirmou em seu depoimento ao I Encontro Estadual de Mulheres Negras, que quando era criança e até entender sua negritude que queria ser branca e ter cabelo liso (Silva apud Carneiro 2020, p. 54). Contudo, ao entender o sentido de sua existência, Benedita da Silva alcançou os espaços da política para combater as discriminações contra a população negra e pobre.

A violência contra as mulheres negras tem sido reproduzida com a invisibilidade e esquecimento das contribuições que essas intelectuais tiveram para o Brasil, não apenas para o debate de lutas contra o racismo, mas também para exigir a materialização da democracia e igualdade racial e de gênero.

Conceição Evaristo afirmou em sua entrevista ao Programa Roda Viva, que as mulheres negras escrevem como ato político para apresentar sua realidade, romper com as barreiras e promover espaço de libertação para as gerações futuras.

Estamos evoluindo, mas a evolução não se deu gratuitamente. É preciso que nós, mulheres negras, é preciso que a gente force passagens, empurre as portas. Nossas conquistas são oriundas de lutas, à medida que impomos nossas vozes e reivindicamos esses espaços. Aí realmente, eles vão se alargando. (Evaristo 2021)

As pautas enfrentadas pelas intelectuais supramencionadas é um reforço para entendermos que suas lutas são derivadas da conjugação das discriminações de raça, sexo e classe, e que a exploração não pode ser combatida se não atravessar esses três vetores de desigualdade. Exatamente essa compreensão que explicita a multidimensionalidade das lutas dessas intelectuais negras rumo a superação das mazelas das sociedades opressoras.

bell hooks corrobora ao entendimento da estrutura com a qual as mulheres negras têm que lidar quando aponta que a condição social geral das mulheres negras é inferior à de qualquer outro grupo. Na posição ocupada, elas suportam o fardo da opressão machista, racista e classista. Mais do que isso, as mulheres negras compõem um grupo “que não foi socializado para assumir o papel de explorador/opressor, no sentido de que não nos permitem ter qualquer “outro” não institucionalizado que possamos explorar ou oprimir” (hooks 2000/2015, p. 207). O trecho a seguir deixa mais nítido a complexidade das condições e as lutas das mulheres negras:

¹⁸ Moradora do morro Chapéu Mangueira durante 57 anos, iniciou sua trajetória na Associação de Favelas do Estado do Rio de Janeiro (PT 2022).

As mulheres brancas e os homens negros têm as duas condições. Podem agir como opressores ou ser oprimidos. Os homens negros podem ser vitimados pelo racismo, mas o sexismo lhes permite atuar como exploradores e opressores das mulheres. As mulheres brancas podem ser vitimizadas pelo sexismo, mas o racismo lhes permite atuar como exploradoras e opressoras de pessoas negras. Ambos os grupos têm liderado os movimentos de libertação que favorecem seus interesses e apoiam a contínua opressão de outros grupos. O sexismo masculino negro prejudicou a luta para erradicar o racismo, assim como o racismo feminino branco prejudica a luta feminista. Enquanto definirem a libertação como a obtenção de igualdade social com os homens brancos da classe dominante, esses dois grupos, ou qualquer outro, terão um grande interesse na exploração e opressão continuada de outro. (hooks 2000/2015, p. 208)

A condição de marginalidade infligida às mulheres negras na estrutura social as possibilita a escrever suas experiências que se desdobram sobre uma perspectiva crítica, visando lutar vigorosamente contra a hegemonia racista, classista e sexista dominante. A luta das mulheres negras é antes de tudo, uma luta contra-hegemônica.

4. DAS LUTAS E RESISTÊNCIA DA POPULAÇÃO NEGRA

Houve um projeto político para negar humanidade à população negra quando houve a normalização e naturalização do imaginário de que as pessoas negras eram inferiores incapacitadas e incivilizadas. Apesar das inúmeras tentativas de apagamento e silenciamento dos/as negros/as, e todas as estratégias de nos matarem, a população negra continua viva.

Segundo afirmou Conceição Evaristo: “Eles combinaram de nos matar, e nós combinamos de viver”. No mesmo sentido, Lélia Gonzalez disse que a reivindicação da população negra é o aparecimento das vozes do lixo. “O lixo vai falar, e numa boa” (Gonzalez 1982, p. 225). Para tal, precisa-se criar espaço e mecanismo para eclodir a voz das pessoas negras.

O Teatro Experimental Negro (TEN), surgiu em 1944, no Rio de Janeiro, com o objetivo de dar destaque ao artista com a cor negra de pele, pois a ele “só se utilizava para imprimir certa cor local ao cenário, em papéis ridículos, brejeiros e de conotações pejorativas” (Nascimento 2004, p. 209).

(...) O Teatro Experimental do Negro, ou TEN, que se propunha a resgatar, no Brasil, os valores da pessoa humana e da cultura negro-africana, degradados e negados por uma sociedade dominante que, desde os tempos da colônia, portava a bagagem mental de sua formação metropolitana europeia, imbuída de conceitos pseudocientíficos sobre a inferioridade da raça negra. Propunha-se o TEN a trabalhar pela valorização social do negro no Brasil, através da educação, da cultura e da arte. (Nascimento 2004, p. 2010)¹⁹

¹⁹ O TEN se obteve mais de 600 inscritos para o curso de alfabetização e tinha o objetivo de desmontar a inferiorização dos negros e inclusive sua consciência. Não tinha o objetivo de escrever teorias contra a discriminação, mas de agir de forma prática contra a definição do lugar do negro. “O TEN não se contentaria com a reprodução de tais lugares-comuns, pois procurava dimensionar a verdade dramática, profunda e

Na tentativa de apagar e/ou invisibilizar a valorização da cultura negra, algumas peças do TEN foram censuradas pelo Estado brasileiro em 1951, e depois, novamente, na ditadura militar.²⁰

O TEN visava a estabelecer o teatro, espelho e resumo da peripécia existencial humana, como um fórum de ideias, debates, propostas, e ação visando à transformação das estruturas de dominação, opressão e exploração raciais implícitas na sociedade brasileira dominante, nos campos de sua cultura, economia, educação, política, meios de comunicação, justiça, administração pública, empresas particulares, vida social, e assim por diante. Um teatro que ajudasse a construir um Brasil melhor, efetivamente justo e democrático, onde todas as raças e culturas fossem respeitadas em suas diferenças, mas iguais em direitos e oportunidades.

Dentro desse objetivo, o TEN propunha-se a combater o racismo, que em nenhum outro aspecto da vida brasileira revela tão ostensivamente sua impostura como no teatro, na televisão e no sistema educativo, verdadeiros bastiões da discriminação racial à moda brasileira. No exterior, a elite brasileira propagandeia uma imagem tão distorcida da nossa realidade étnica que podemos classificá-la como uma radical deformação. Essa elite se auto identifica exclusivamente como branco-europeia. Em contrapartida, escamoteia o trabalho e a contribuição intelectual e cultural do negro ou invoca nossas ‘origens africanas’ apenas na medida de interesses imediatos, sem, entretanto, modificar sua face primeiramente europeia na representação do país no mundo todo. Da mesma forma, a cultura ‘brasileira’ articulada pela mesma elite eurocentrista invoca da boca para fora a ‘contribuição cultural africana’, enquanto mantém inabalável a premência de sua identificação e aspiração aos valores culturais europeus e/ou norte-americanos. (Nascimento 2004, p. 221)

Para além do TEN, a resistência e ressignificação do negro brasileiro foi elaborada pelas pautas engendradas pelo Movimento Negro, que denunciou as arbitrariedades sofridas pela população negra e pobre.²¹

A resistência também é uma estratégia política, e por isso, na Assembleia Constituinte²² Benedita da Silva, Florestan Fernandes e outros ativistas da linha de frente contra o racismo exigiram o reconhecimento do racismo como crime. Não tinha como negar a reprodução

complexa, da vida e da personalidade do grupo afro-brasileiro” (Nascimento 2004, p. 212). A apresentação inaugural do TEN foi em 1945, no Teatro Municipal do Rio de Janeiro, que havia concedido o espaço apenas por uma noite. A peça interpretada por Aguinaldo de Oliveira teve grande repercussão (Nascimento 2004, pp. 214-215).

²⁰ Abdias do Nascimento afirma que “em 1951, já havia escrito o mistério negro *Sortilégio*, cuja encenação fora proibida pela censura. Durante vários anos, tentamos a liberação da obra, incriminada, entre outras coisas, de imoralidade” (Nascimento 2004, p. 219).

²¹ Em 18 de junho de 1978, em uma reunião que contou com a presença de diversas entidades, foi criado o Movimento Unificado contra a Discriminação Racial (MUCDR), e a primeira ação foi em 07 de julho de 1978, com “um ato público em repúdio à discriminação racial sofrida por quatro jovens no Clube de Regatas Tietê e em protesto à morte de Robson Silveira da Luz, trabalhador e pai de família negro, torturado até a morte no 44º Distrito de Guaianases” (Domingues 2007, p. 113).

²² A Assembleia Constituinte foi convocada para que a nova Constituição, com o fim da Ditadura Militar, desse à luz a implementação de políticas democráticas entre todas as pessoas.

de um racismo estrutural, tampouco a invisibilidade que os negros tinham na sociedade brasileira.

Desta forma, em 1988, foi promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, com dispositivos específicos de reconhecimento da dignidade humana (art. 1º, inciso III), a busca de uma sociedade justa, solidária e sem discriminação (art. 3º, incisos III e IV), repúdio ao racismo (art. 4º, inciso VIII), igualdade (artigo 5º, caput) e o crime de racismo como imprescritível e inafiançável (art. 5º, inciso XLII) (Constituição Federal do Brasil, 1988).

O reconhecimento formal do racismo na Constituição Federal é uma forma de combater o negacionismo da realidade que oprime, estigmatiza e inferioriza a população negra. A partir daí, novas pautas em favor da população negra foram colocadas para discussão no Congresso Nacional.

Houve o pedido para reconhecimento das cotas raciais para ingresso nas universidades, pois os negros não ocupavam esses espaços. Também teve luta para aprovação do Estatuto da Igualdade Racial (Lei n. 12.288/2010), que após dez anos tramitando no congresso foi promulgado e reconhece que é dever do Poder Público garantir saúde econômica, segurança, trabalho, educação e todos os direitos fundamentais sociais aos negros na mesma medida que os brancos usufruem. A especificidade da dupla opressão destinada às mulheres negras, o Estatuto da Igualdade Racial também prescreveu o que é desigualdade de gênero,²³ e que cabe ao Poder Público e as instituições privadas garantirem a inclusão das mulheres negras no mercado de trabalho²⁴ e assistência em caso de violência.²⁵

O Brasil se reconheceu com a Constituição como um país democrático, e para que isso fosse realidade era necessário que o racismo fosse enfrentado, até que não fosse mais uma realidade brasileira. Entretanto, apesar dos 33 anos da Constituição Federal, bem como da promulgação de ações afirmativas para o ingresso de negros nas universidades públicas e em concursos públicos federais e empresas privadas, os negros ainda estão destinados à subalternidade.²⁶

As tentativas de extinção das contribuições dos negros e das suas possibilidades de aspirações ainda é a estratégia utilizada pela estrutura social, uma vez que foram muitas as tentativas de negar o racismo que está reconhecido no ordenamento jurídico brasileiro e comprovado por dados.

²³ Art. 1º, inciso III. desigualdade de gênero e raça: assimetria existente no âmbito da sociedade que acentua a distância social entre mulheres negras e os demais segmentos sociais (Estatuto da Igualdade Racial, 2010).

²⁴ Art. 39, § 5º. § 5º Será assegurado o acesso ao crédito para a pequena produção, nos meios rural e urbano, com ações afirmativas para mulheres negras (Estatuto da Igualdade Racial, 2010).

²⁵ Art. 52. É assegurado às vítimas de discriminação étnica o acesso aos órgãos de Ouvidoria Permanente, à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, em todas as suas instâncias, para a garantia do cumprimento de seus direitos. Parágrafo único. O Estado assegurará atenção às mulheres negras em situação de violência, garantida a assistência física, psíquica, social e jurídica (Estatuto da Igualdade Racial, 2010).

²⁶ A Ação de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) n. 186 e a Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) n. 41, respectivamente, Lei n. 12.711/2012 e Lei n. 14.990/2014, prescrevem sobre a inclusão dos negros em universidades e serviços públicos com a implementação das ações afirmativas.

Na crise da pandemia da COVID-19, o Brasil registrou até outubro de 2021, mais de 600 mil mortes, sendo que não foram apresentados os números específicos pelo recorte racial e de gênero. De todo modo, os negros foram os trabalhadores mais expostos aos trabalhos essenciais, que no início da pandemia não foram suspensos, bem como as mulheres negras integravam o maior número de enfermeiras, técnica de enfermagem e trabalhadoras de serviços gerais e limpeza, ao mesmo tempo que por razões econômicas residem em lugares como menos acesso à possibilidade de higienização e distanciamento social. Ou seja, não resta dúvida que a população negra em situação de crise é o alvo e o grupo mais prejudicado.

Especificamente sobre a realidade das mulheres negras no século XXI, Oliveira *et al.* (2020, pp. 164-166), apontam que o desmonte de políticas públicas sociais promoveu um impacto ainda mais negativo às mulheres negras durante a pandemia, a ponto de mostrar que o Brasil ainda é um Estado racista, sexista e classista.

A partir da noção de que a realidade das mulheres depende de raça, renda e região, é preciso pensar em respostas para reduzir os impactos da pandemia para as mulheres agora, de forma que a ampliação das desigualdades de gênero seja ao menos atenuada. No entanto, o país chega à crise com menos instrumentos para reduzir as desigualdades e já perdeu muito tempo para dar uma resposta adequada à pandemia quanto ao gênero. (Oliveira *et al.* 2020, p. 164)

A população negra no Brasil representa 56% dos habitantes, segundo os dados do IBGE, e é alvo das violências de epistemicídio, arbitrariedades policiais e de uma estrutura social pautada no racismo e sexismo. As tentativas de matar os negros em vida, negando-lhe humanidade ainda está normalizada quando o próprio Presidente Jair Bolsonaro e o Vice-Presidente, Hamilton Mourão, negam que existe racismo.²⁷

Mesmo em meio ao desmonte que eclodiu desde 2016, com o golpe político, que foi denominado de *impeachment*, da ex-presidenta, Dilma Roussef, as pessoas negras, em seus diversos grupos, como o movimento negro e ONGs, organizaram-se em novas estratégias de enfrentar à discriminação racial e de gênero. A coleção de livros de pensadoras/es negras/os como a Coleção Feminismos Plurais, coordenada pela Djamila Ribeiro, tem ganhado destaque. Os livros desta coleção apresentam discussões relevantes sobre relações raciais, sexismo, mercado de trabalho e religião, apontando quão fundamental é a raça para qualquer debate sobre os conflitos existentes na sociedade.

Também por causa do movimento de luta contra o racismo promovido pelos/as intelectuais desde o século XX, nota-se que as empresas públicas e privadas estão sendo constrangidas para combater o racismo e sexismo em suas instituições, sob risco de responsabilização civil, administrativa e penal. A responsabilização é uma forma indutora de garantir a materialização do combate às desigualdades. Se o Estado Brasileiro é democrático, racismo e sexismo são inaceitáveis, e não devem ser tolerados por nenhum

²⁷ O vice-Presidente Hamilton Mourão e o Presidente Jair Bolsonaro disseram que racismo não existe, que isso é um problema que existe nos Estados Unidos. E o próprio presidente reproduz falas misóginas e racistas, ao dizer que negros pesam em arobas e que ele teve filha mulher porque “deu uma fraquejada”. Fazendo referência aos 1000 dias do governo de Jair Bolsonaro, Silvio Almeida afirmou que “Racismo e falsificação histórica nada têm a ver com postura democrática. Quem abre espaço para este tipo de indigência intelectual e moral, que prestigia irresponsáveis e fanfarrões, colabora, ainda que indiretamente, para que esse pesadelo jamais tenha fim” (Almeida 2021).

motivo. “(...) Ser negro é estar contra todas as formas de opressão, racismo, classismo, homofobia, patriarcalismo, abuso infantil, pedofilia e dominação racial branca” (Asante 2014, p. 3).

Não obstante, as observações de Grada Kilomba de que os negros falarem mais de sua condição é resultado das lutas da população para que entendam que eles podem ser sujeitos de suas pesquisas e não apenas o objeto de pesquisa (Kilomba 2019).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao conseguir mostrar como o sexismo e o racismo funcionam segundo o mesmo processo de diferenciação e naturalização das relações de poder, as feministas negras buscam (re)pensar as relações sociais sob uma ótica em que todos e todas não tenham que adaptar-se ou submeter-se a modelos hierarquizados e discriminatórios. As lutas dessas mulheres tinham como objetivo a construção de um mundo onde privilégios de gênero, de classe, de raça sejam abolidos.

Para além das denúncias do racismo e sexismo mais aparentes nas relações sociais, as considerações das intelectuais negras supramencionadas possibilitam captar a presença do racismo em certos setores antirracistas, bem como a presença do sexismo em grupos que se comprometem a lutar contra o sexismo.

A leitura de obras de feministas negras torna-se uma obrigação a quem que se comprometa a lutar para um mundo mais igualitário no sentido amplo. Para além disso, a leitura dessas mulheres permite resistir às estratégias epistemológicas colonizadoras que subordinavam às escritas das pessoas negras, principalmente das mulheres, de modo que somos convocados/as a implementar mecanismos de combate às desigualdades e inclusão.

Em que pese a normalização e naturalização das desigualdades de raça e gênero, apontamos que nunca houve motivo para alegar que as mulheres negras estavam conformadas com sua situação. Pelo contrário, às mulheres negras além de criticarem o sistema, também implementaram mecanismos de resistência e resignificação de suas vidas seja avançando nos espaços acadêmicos, literários e políticos.

Em suma, ainda há lutas contra às desigualdades estruturais para serem vencidas, e por isso, a força do pensamento ancestral das intelectuais articuladas nesse trabalho permite novos horizontes a caminho da libertação e pelo fim da exploração.

REFERÊNCIAS

Almeida, S.L., 2021. Um pesadelo de mil dias. *Folha de São Paulo* [online], 30 de setembro. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/silvio-almeida/2021/09/um-pesadelo-de-mil-dias.shtml?origin=folha> [Acesso em 25 outubro 2021].

- Almeida, S.L., Miguel Batista, W., e Rossi, P., 2020. Racismo na economia e na austeridade fiscal. *Em: E. Dweck, P. Rossi e A.L.M. Oliveira, eds., Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil* [online]. São Paulo: Autonomia Literária, 142-152. Disponível em: <http://library.fes.de/pdf-files/bueros/brasilien/17101.pdf> [Acesso em 15 junho 2022].
- Almeida, S.L., 2018. *O que é Racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento.
- Alonso, A., 2015. *Flores, votos e balas: o movimento abolicionista brasileiro (1868-1888)*. 1ª. ed, São Paulo: Companhia das Letras.
- Asante, M.K., 2014. *Afrocentricidade: A teoria de mudança social*. Tradução de A. Monteiro-Ferreira, A. Mizani, e A. Lucia. Philadelphia: Afrocentricy Internacional.
- Carneiro, S., 2020. *Escritos de uma vida*. São Paulo: Jandaíra.
- Constituição Federal do Brasil de 05 de outubro de 1988 [online]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm [Acesso em 25 outubro 2021].
- Davis, A., 2016. *Mulheres, Raça e Classe*. São Paulo: Boitempo.
- Domingues, P., 2007. O Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Tempo* [em linha], 12(23), 100-122. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07> [Acesso em 15junho 2022].
- Dorlin, E., 2009. *La matrice de la race: Généalogie sexuelle et coloniale de la Nation Française*. Paris: La Decouverte.
- Du Bois, W.E.B., 2021. *As almas do povo negro*. Trad.: A. Boide. São Paulo: Veneta.
- Estatuto da Igualdade Racial, Lei n. 12.288 de 20 de Julho de 2010 [online]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2010/lei/112288.htm [Acesso em 15 junho 2022].
- Evaristo, C., 2021. [Entrevista no Roda Viva]. Vídeo do YouTube. *Roda Viva* [online], 06 de setembro. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=O2bxQJH-Plk>. [Acesso em 15 junho 2022].
- Gonzalez, L., 1994. Lélia fala de Lélia. *Revista de Estudos Feministas* [online], 2(2). Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16220/14767> [Acesso em 15 junho 2022].

- Gonzalez, L., 1982. Racismo e sexismo na cultura brasileira. *Revista Ciências Sociais Hoje, Anpocs* [online], 223-244. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4584956/mod_resource/content/1/06%20-%20GONZALES%2C%20L%2C%A9lia%20-%20Racismo_e_Sexismo_na_Cultura_Brasileira%20%281%29.pdf [Acesso em 15 junho 2022].
- Gonzalez, L. (org. F. Rios e M. Lima), 2020. *Por um feminismo Afro, Latino, Americano* [online]. Rio de Janeiro: Zahar. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/06/feminismo-afro-latino-americano.pdf> [Acesso em 15 junho 2022].
- hooks, b., 2015. Mulheres negras: moldando a teoria feminista. *Revista Brasileira de Ciência Política* [online], nº16, 193-210. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/0103-335220151608> [Acesso em 15 junho 2022]. (Originalmente publicado no ano 2000).
- Jesus, C.M., 2014. *Quarto de despejo: Diário de uma favelada*. 10ª ed. São Paulo: Ática.
- Kilomba, G., 2019. *Memórias da Plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Trad.: J. Oliveira. 1ª ed. Rio de Janeiro: Cobogó.
- Nascimento, M.B., 1982. *Depoimento pessoal de Beatriz Nascimento*. Depoimento publicado originalmente no livro de Haroldo Costa Fala Crioulo. Rio de Janeiro: Record.
- Nascimento, A., 2004. Teatro Experimental do Negro: Trajetória e reflexões. *Estudos Avançados* [online], 18(50), 209-224. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142004000100019> Acesso em 25 outubro 2021].
- Naudier, D., e Soriano, É., 2010. Colette Guillaumin: La race, le sexe et les vertus de l'analogie. *Cahiers du Genre* [online], 1/48,193-214. Disponível em: <https://doi.org/10.3917/cdge.048.0193> [Acesso em 15 junho 2022].
- Oliveira, A.L.M., et al., 2020. Austeridade, pandemia e gênero. *Em: E. Dweck, P. Rossi e A.L.M. Oliveira, eds., Economia pós-pandemia: desmontando os mitos da austeridade fiscal e construindo um novo paradigma econômico no Brasil*. São Paulo: Autonomia Literária, 153-171.
- Partido dos Trabalhadores (PT), 2022. *Benedita da Silva* [online]. Disponível em: <https://pt.org.br/benedita-da-silva/> [Acesso em 21 junho 2022].
- Price, H., 1898. *De la Réhabilitation de la Race Noire par la République d'Haïti*. Port-au-Prince: Fardin. (Originalmente publicado em 1891).
- Ratts, A., 2006. *Eu sou atlântica sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. São Paulo: Instituto Kuanza.

Vergès, F., 2020. *Um feminismo decolonial* [online]. Trad.: J. Pinheiro Dias e R. Camargo. São Paulo: Ubu. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/03/Um-feminismo-decolonial.pdf> [Acesso em 15 junho 2022].